

Ministro falha no novo modelo de avaliação este ano

00:07 Ana Petronilho
ana.petronilho@economico.pt

Escolas vão ter liberdade para decidir, este ano, se fazem as provas de aferição. Decisão de Brandão Rodrigues volta a ser alvo de fortes críticas das escolas que dizem provocar a “confusão geral”.



O ministro da Educação não vai conseguir aplicar totalmente o novo modelo de avaliação no ensino básico este ano. É que afinal, ao contrário do que anunciou o ministro em Janeiro, as novas provas de aferição nos 2º, 5º e 8º anos não vão ser realizadas este ano obrigatoriamente em todas as escolas.

Serão os directores a decidir se querem, ou não, fazer as provas que têm data marcada para 6 e 8 de Junho a Português e Matemática, respectivamente. Só a partir do próximo ano lectivo (2016/2017) o novo sistema de avaliação será aplicado em pleno em todas as escolas.

Mas esta solução de Tiago Brandão Rodrigues já está a gerar uma nova chuva de críticas junto dos directores e do Conselho das Escolas (CE) que se dizem “surpreendidos” e “apreensivos” com “a confusão geral”.

Para o Conselho das Escolas, órgão consultivo do Ministério da Educação, esta solução acaba por ser outro modelo de avaliação e só vem “juntar instabilidade à instabilidade já criada em Janeiro”. Ao Económico, o presidente do CE, José Eduardo Lemos, diz que a tutela está “numa espécie de navegação e não se vê um rumo”. As escolas “não foram ouvidas se queriam, ou não, ter esta decisão”, que pode gerar a “desconfiança dos pais pelas escolas” perante as várias decisões.

Opinião partilhada por Filinto Lima, vice-presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos de Escolas Públicas (ANDAEP), que prevê que “a maioria” das escolas vai acabar por aplicar as provas só no próximo ano lectivo, obedecendo a um “‘timing’ pedagógico e não político”.

Já Manuel Pereira, presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, diz ao Económico que “quando se alteram as regras a meio do ano é quase impossível aplicá-las no mesmo ano” – e que a decisão do ministro “atira com todas as responsabilidades para cima das escolas”.

Terão sido a falta de tempo e a chuva de críticas ao novo modelo de avaliação – a única grande medida apresentada por Tiago Brandão Rodrigues desde que tomou posse, há mais de três meses – a motivarem o recuo do ministro. Mas segundo a Renascença, Tiago Brandão Rodrigues acabou por recuar depois de ter tido uma conversa com Marcelo Rebelo de Sousa que ameaçou com o veto ao diploma, caso as provas, que

não têm peso na avaliação dos alunos, fossem obrigatórias este ano.

O ministro tinha a intenção de avançar com um novo modelo de avaliação em todas as escolas cujo diploma só ontem, a um dia do final do segundo período, foi aprovado em Conselho de Ministros. O documento terá ainda que seguir para Belém que tem 40 dias para a sua promulgação. O que deixaria as escolas com pouco tempo para se organizarem.

Por tudo isto, o ministro Tiago Brandão Rodrigues optou por dar liberdade às escolas para decidirem se realizam ou não as novas provas de aferição. A decisão tomada por cada escola terá que ser fundamentada e comunicada ao Ministério até ao final de Abril. Além disso, o ministro adiantou que, caso as escolas queiram, podem fazer as provas dos 4º e 6º anos para que “consigam aferir internamente a aprendizagem dos alunos”.

Estas provas este ano não contam para a nota final dos alunos e serão realizadas de 23 de Maio a 3 de Junho, com data a definir por cada escola. O exame do 4º ano já foi travado no Parlamento pela esquerda no final de Novembro do ano passado e o fim das provas de 6º ano foram anunciados, pelo próprio ministro, no início de Janeiro.

Por isso, apela José Eduardo Lemos, as escolas “não devem pedir autorização para fazerem as provas que foram eliminadas” porque sublinha “não são as escolas o factor de instabilidade”. As regras transitórias permitem que este ano haverá alunos que fazem provas e outros não. Mas o ministro garante que isto não traz nenhum “problema de equidade”. De acordo com Tiago Brandão Rodrigues, o ano transitório “tem sentido para que as escolas, dentro da sua autonomia, se organizem”.

O novo modelo de avaliação foi chumbado e alvo de duras críticas por parte do Conselho das Escolas e do Conselho Nacional de Educação para quem “quaisquer alterações a introduzir” no âmbito da “avaliação dos alunos não devem aplicar-se, nunca, no decorrer do presente ano lectivo”.

Mas Tiago Brandão Rodrigues defende que este é um sistema que promove “o sucesso escolar” e devolve à escolas “a serenidade necessária”.

[VER MAIS ARTIGOS DE ANA PETRONILHO](#)

Provas a Contra-Gosto